

Territorialidades Socioambientais: um Caminhar em uma Perspectiva Etnográfica no Segundo Distrito do Município de Teresópolis, RJ-Santa Rita

Mônica de Souza Corrêa¹, Rafael Ângelo Fortunato², Clara Carvalho Lemos³

RESUMO

Este presente artigo é resultado de um estudo sobre a construção de territorialidades socioambientais em Santa Rita, área de assentamento rural predominantemente de agricultura familiar agroecológica localizada no segundo distrito do município de Teresópolis, RJ, Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Diante desse contexto, buscamos analisar os sujeitos, as relações em suas dimensões materiais e imateriais. A teoria que embasa este artigo parte do entendimento de que o território é construído nas mediações entre os processos históricos e relacionais, com base nas relações sociais desenvolvidas em determinado espaço. O objetivo da pesquisa consiste em compreender a construção de territorialidades Socioambientais e suas dinâmicas no território de Santa Rita. Para responder a esta problemática de forma estruturada se formulou as seguintes questões: de que forma estão sendo construídas as territorialidades socioambientais em Santa Rita com o enfoque na agricultura familiar agroecológica e turismo rural? Quais são os desafios e as potencialidades. A pesquisa em uma perspectiva etnográfica somou-se uma pesquisa bibliográfica, em especial sobre territorialidades socioambientais, outras informações foram coletadas com base na observação participante. O estudo empírico foi realizado em seis sítios em Santa Rita, de setembro de 2021 a julho de 2024, os contatos iniciais juntamente com as referências teóricas puderam direcionar a construção dos instrumentos de análise, que foram os seguintes: visita aos sítios, registros fotográficos e registros de diário de campo. Os resultados apontaram que a construção de territorialidades socioambientais com o enfoque na agricultura familiar agroecológica e no turismo rural influenciou elementos importantes para ações socioambientais, a exemplo de como usam a terra de forma agroecológica, trabalham na direção da auto-organização, configurando-se, portanto, processos endógenos que potencializam o coletivo.

Palabras clave: Distrito de Santa Rita, Teresópolis-RJ; territorialidades socioambientais; Brasil.

¹ Doutora em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Especialização em Desenvolvimento Territorial - UERJ - ORCID: 0009-0007-7823-1051. E-mail: monicacorreajr@yahoo.com.br

² Doutor em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ. Professor do Curso de graduação de Turismo - UERJ. ORCID: 0000-0002-3377-4016. E-mail: fortrafa@hotmail.com

³ Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo - USP. Professora do Curso de graduação de Turismo - UERJ. ORCID: 0000-0001-9044-7073. E-mail: clara.lemos@uerj.br

Este presente artigo é resultado de um estudo sobre a construção de Territorialidades Socioambientais em Santa Rita, área de assentamento rural predominantemente de agricultura familiar agroecológica localizada no segundo distrito do município de Teresópolis, RJ, Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Diante desse contexto, buscamos analisar os sujeitos, as relações em suas dimensões materiais e imateriais. A teoria que embasa este artigo parte do entendimento de que o território é construído nas mediações entre os processos históricos e relacionais, com base nas relações sociais desenvolvidas em determinado espaço.

O território é produto dessas relações e da interligação do material com o imaterial cada sociedade produz seu(s) território(s) e sua(s) territorialidade(s) a seu modo, em consonância com suas experiências e normas, envolvendo diversas acepções, podendo significar natureza e sociedade, economia e política, cultura e identidade, controle e poder, uso e apropriação⁴. Nessa perspectiva, conforme Haesbaert⁵, territorialidade é tomada em um sentido mais amplo do que território, ou seja, o conceito não estaria relacionado somente a uma dimensão simbólico-cultural do território, às propriedades gerais necessárias para a existência dos territórios, mas a uma imagem ou símbolo de um território que existe mesmo que este não esteja concretamente manifesto. Conforme o autor, a diferença entre território e territorialidade seria que o primeiro sempre demanda a dimensão material, ou seja, o território não pode ser caracterizado apenas pela dimensão simbólica; ao contrário da territorialidade, o território envolve sempre obrigatoriamente uma dimensão material e concreta.

Haesbaert⁶ endossa que a territorialidade envolve estratégias para controlar áreas e influenciar pessoas, além de ser um componente do poder e de permitir a compreensão da ligação simbólica dos grupos sociais com seu espaço. O fato de que

⁴ Marcos Aurelio Saquet. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁵ Rogério Haesbaert. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016).

⁶ Rogério Haesbaert. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste* (Niterói: EDUFF, 1997).

um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Assim, para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. Outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque bastante amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. Efetivamente, a análise antropológica da territorialidade também necessita de abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios

É crucial destacar que o exercício do poder transcende amplamente as fronteiras estatais e suas territorialidades convencionais. O poder – para muito além do Estado e suas territorialidades – envolve esferas como a cultural e a econômica e podemos dizer que abarca ainda a esfera socioambiental. Desse encontro entre o poder, o espaço e as questões socioambientais, emerge o conceito de Territorialidades Socioambientais.

Face ao exposto, o objetivo da pesquisa consiste em compreender a construção de Territorialidades Socioambientais e suas dinâmicas no território de Santa Rita. Para responder a esta problemática de forma estruturada se formulou as seguintes questões: de que forma estão sendo construídas as Territorialidades Socioambientais em Santa Rita com o enfoque na agricultura familiar agroecológica e turismo rural? Quais são os desafios e as potencialidades.

Destaca-se que a abordagem teórica acerca de territorialidades socioambientais se encontra em grande expansão por parte de pesquisadores voltados para a compreensão de indivíduos ou grupos sociais que atuam em prol da garantia do ambiente ecologicamente equilibrado no sentido de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, visando à promoção de ações socioambientais de fortalecimento mútuo.

O texto está estruturado em quatro seções: a introdução apresenta a proposta do artigo, uma breve contextualização da nova ruralidade brasileira e conceitos como agricultura familiar agroecológica e o tema-chave territorialidades socioambientais, que servirá para estruturar o estudo. A terceira parte dedica-se à apresentação dos procedimentos metodológicos que balizaram a pesquisa; seguida da terceira, em que são relatados e discutidos os principais resultados obtidos na construção de territorialidades socioambientais e suas dinâmicas na área de estudo. Na quarta e última seção, são trazidas as considerações finais do artigo.

Espera-se contribuir para a compreensão da construção de territorialidades socioambientais com enfoque na agricultura familiar agroecológica e turismo rural solidário praticados em Santa Rita.

NOVA RURALIDADE BRASILEIRA

Este referencial teórico com o enfoque no turismo rural na agricultura familiar agroecológica tem por objetivo apresentar o fenômeno, conhecido como Novo Rural Brasileiro manifesta-se de forma emblemática em Santa Rita, onde a integração entre turismo, atividades rurais evidencia a complexidade das Territorialidades Socioambientais promovendo o desenvolvimento territorial local em Santa Rita, com base nas contribuições teóricas e empíricas presentes nas pesquisas que realizamos na localidade. Destacamos os conceitos de território e territorialidade como construções transdisciplinares, articulando geografia, antropologia, sociologia entre outros campos.

José Graziano da Silva⁷ descreve que o espaço rural vem passando por profundas transformações, com a emergência cada vez maior das dinâmicas geradoras de atividades rurais não-agrícolas, e da pluriatividade no interior das famílias rurais, observando uma nova conformação. Com essas transformações significativas que vêm ocorrendo ao longo do tempo no meio rural brasileiro, em função da modernização da agricultura e do desenvolvimento dos centros urbanos, a agropecuária moderna e a

⁷José Graziano da Silva. "O novo rural brasileiro" (trabalho apresentado no 24º Encontro Nacional de Economia Agrária, Águas de Lindóia, São Paulo, 1996).

agricultura de subsistência passaram a dividir espaço com um conjunto de atividades ligadas ao comércio, serviços e indústria, reduzindo cada vez mais, as diferenças entre o rural e o urbano.

Arilson Favareto⁸endossa que territórios rurais precisam das cidades porque por meio delas podem usufruir de grandes oportunidades, já os habitantes das cidades necessitam do campo porque existe um relacionamento fundamental com o mundo natural. Nesse sentido, Sérgio Scheineder afirma que o termo *pluriatividade rural* passa a ser mais utilizado no Brasil entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000.

Favareto⁹caracteriza ainda a pluriatividade como uma alternativa para a manutenção da população no campo. Dessa forma, o caráter sazonal da produção agrícola possibilita aos trabalhadores exercerem outras atividades remuneradas, sem que isso se constitua uma ameaça às unidades produtivas, apresentando uma relação de complementaridade na geração de renda entre as atividades agrícolas e não-agrícolas.

O Ministério do Turismo brasileiro¹⁰ conceitua o turismo rural como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. Silva¹¹ ressalta que o desenvolvimento rural na última década levou ao campo o acesso a recursos primordiais como internet, tecnologias de comunicação, informação e políticas públicas que apoiaram e fomentaram uma melhora na qualidade de vida no meio rural. Com isso, conceitos de novas ruralidades, como a pluriatividade do agricultor e a geração de atividades na propriedade, que não sejam de ordem agrícola e de produção, vêm à tona. Portanto, o turismo rural pode, então, ser uma atividade integrante no que diz respeito à pluriatividade rural e ainda trazer desenvolvimento e revalorização do campo.

⁸Arilson Favareto. "Do Pronaf ao desenvolvimento territorial: elementos para uma crítica das instituições e políticas para o Brasil rural", Congresso Brasileiro de Sociologia, v. 12 (Belo Horizonte, 2005).

⁹*Ibid.*

¹⁰Governo do Brasil. Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) (Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004).

¹¹Silva, 1996.

AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA

Diante dessas reflexões, não há como analisar a pluriatividade sem estudar a agricultura familiar e a agroecologia pois ambas estão intimamente ligadas a esse processo. Segundo Schneider¹², a expressão agricultura familiar surgiu no conjunto brasileiro a partir da metade da década de 1990. Neste período, ocorreram eventos que tiveram um impulso social e político muito expressivo no meio rural, especialmente na região Centro-Sul. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, encabeçados pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

No Brasil, a agricultura familiar tem um importante papel socioeconômico, ambiental e cultural, constituindo-se em um pilar essencial da agricultura brasileira, seja pela sua importância em abastecer o mercado interno por estar geralmente mais próxima ao mercado para onde a produção é escoada, seja pela permanência de famílias no campo para desenvolverem suas atividades e não deixarem essa produção nas mãos de um monopólio de empresas. Nessa linha, Adriano Soares¹³ identifica várias funções para a agricultura familiar, tais como: contribuição para a segurança alimentar, função ambiental, função econômica e social.

Por isso, são vários os estudos nos campos da sociologia, da economia, da antropologia, bem como da geografia que têm ressaltado a importância econômica, social e política da agricultura familiar não somente no Brasil, mas no mundo inteiro. Reconhecem que seu papel transcende os aspectos econômicos, relacionados à produção de alimentos e à geração de renda. Destaca-se ainda sua importância cultural, tendo em vista que, por meio dessa atividade, estão inseridas comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ajudando a preservar a cultura, a resgatar e preservar conhecimentos dessas comunidades. Ao mesmo tempo, o fortalecimento da agricultura

¹²Sérgio Schneider. Território, Ruralidade e Desenvolvimento, in *Las Configuraciones de los Territorios Rurales em el Siglo XXI*, 1.ed., v. 1 Fabio Velásquez Lozano, Juan Guillermo Medina (ed.), (org.) (Bogotá/Colômbia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009): p. 67-108.

¹³Adriano Campolina Soares. "A multifuncionalidade da agricultura familiar", in *Proposta* (Rio de Janeiro, n. 87, dez. 2000): p. 40-49.

familiar contribui para a redução do êxodo rural, pois ela é geradora de emprego e renda. Juntamente com ela, surge a pluriatividade rural, assumindo essa abordagem mais dinâmica de trabalho voltada também para as rendas das famílias e buscando um desenvolvimento para o espaço rural, conforme Maria de Nazareth Baudel Wanderley¹⁴.

Outra atividade que está interligada à pluriatividade é a agroecologia, detendo elementos que podem se constituir num importante mecanismo para a construção de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural não balizado apenas nas questões envolvendo a produção agrícola, ou ainda, ficando restrito a questões de cunho econômico. A agroecologia é uma ciência que resgata o conhecimento agrícola tradicional, desprezado pela agricultura moderna, e procura fazer sua sistematização e validação de forma que possa ser (re)aplicado em novas bases científicas.

A concretização da agroecologia enquanto proposta de desenvolvimento rural emergiu atrelada a diversos fatores e situações históricas articuladas em nível global. Porém, as implicações negativas do processo de modernização da agricultura certamente contribuíram para o fortalecimento da agroecologia. As mazelas sociais e ambientais geradas por esse modelo intensificaram a atuação dos movimentos ambientalistas, organizações não governamentais, entre outras entidades. Nessa linha, para José Maria Gusman Ferraz e Miguel Angelo Silveira¹⁵, “a inadequação do modelo difundido pela Revolução Verde, bem como a aceitação internacional e a difusão do conceito de sustentabilidade, tem levado pesquisadores a uma crescente busca de modelos alternativos e sustentáveis para a agricultura”.

Um fato apontado por Stephen Gliessman¹⁶ que podemos citar é que, ao longo do tempo, a agroecologia adquiriu vários significados. Entretanto, todos buscam incorporar as alterações na base técnica da agricultura, aliando a isso os benefícios ambientais, econômicos e sociais gerados pelas práticas agroecológicas. Se, por um lado, houve o surgimento de vários sentidos, a agroecologia se apresenta no Brasil como

¹⁴Maria de Nazareth Baudel Wanderley. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade (Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009).

¹⁵José Maria Gusman Ferraz e Miguel Angelo Silveira. “Multifuncionalidade da agricultura e agroecologia: gestão integrativa socioambiental da produção familiar”, in *Revista Brasileira de Agroecologia* (Resumos do I Congresso Brasileiro de Agroecologia). Porto Alegre, v. 1, n. 1, nov. (2006): p. 812.

¹⁶Stephen R. Gliessman. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável* (Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005).

uma forma de resistência do pequeno produtor/camponês ao modelo hegemônico de produção agrícola. Assim, Miguel A. Altieri¹⁷ propõe a agroecologia como uma nova ciência voltada ao estudo dos agroecossistemas, que adota conhecimentos de diversos campos científicos como agronomia, ecologia, economia e sociologia, representando assim o esforço de compreender o todo usando a Interdisciplinaridade.

Tal contexto decorre do fato de que a pluriatividade na agroecologia se constitui num paradigma socioprodutivo que se fundamenta nos preceitos oriundos da sustentabilidade. Neste sentido, Enrique Leff¹⁸ discorre que “a sustentabilidade aparece como uma necessidade de restabelecer o lugar da natureza na teoria econômica e nas práticas do desenvolvimento, internalizando condições ecológicas da produção que assegurem a sobrevivência e um futuro para a humanidade”.

De certo, podemos notar que a articulação entre o sistema socioprodutivo agroecológico – que inclui em sua lógica gerencial os princípios de conservação/preservação ecológica – e a pluriatividade aponta para o território (ou ambiente rural onde estão localizados os estabelecimentos rurais agroecológicos) as possíveis estratégias socioprodutivas que podem se constituir num dos elementos demandados pelo local para a construção de um processo de desenvolvimento mais alinhado às suas singularidades.

Dessa forma, a agroecologia abriga em seu conceito a sustentabilidade e a interdisciplinaridade por meio de uma prática agrícola ambientalmente correta, economicamente viável e socialmente justa. Várias dimensões convergem para a agroecologia: economia solidária, soberania e segurança alimentar, justiça social e ambiental, direito à cidadania no campo, igualdade de gênero¹⁹.

¹⁷Miguel Angel Altieri. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*, 5.ed. (Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009).

¹⁸Enrique Leff. “Pensar a complexidade ambiental”, in *La complejidad ambiental*, Coord. Enrique Leff (São Paulo: Editora Cortez, 2003): p. 48.

¹⁹Mauro W. B. Almeida. “Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, jun. (2004): p. 33-53.

TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS

Território e territorialidade são conceitos transdisciplinares que dialogam com saberes da geografia, sociologia, economia, agronomia e antropologia, dentre outras. As pesquisas que incorporam esses conceitos enfatizam o processo de apropriação, dominação e produção do território e as relações de poder. O território é construído a partir da apropriação do espaço geográfico, onde se expressam relações de poder das quais resultam territórios desiguais e áreas de conflitos. O território é uma construção coletiva, multidimensional e que forma diversas territorialidades em movimento²⁰.

Estamos falando, principalmente, de relações de poder quando discutimos os territórios. Trata-se de sua dimensão política que tem uma natureza econômica e simbólica. Podemos então afirmar que o território não é algo fixo e sim um recurso estratégico em permanente movimento e transformação. Formado por inter-relações entre espaço e sociedade e assim ocorrem forças de opressão e de resistência²¹.

A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar o mínimo de dignidade²².

Nos últimos anos, uma corrente de pensamento que defende a importância dos atributos sociais, considerando os atores locais como parte integrante de processos de desenvolvimento de uma região ou território, vem crescendo e ganhando força. Marcos Saquet²³, em seu livro *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*, descreve que territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social. O livro contém contribuições como as de

²⁰Em diálogo com Henri Acselrad. "Conflitos Ambientais: a atualidade do objeto" in *Conflitos Ambientais no Brasil*, org. Henri Acselrad (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2014): p. 8-13; Rogério Haesbaert. Des-Territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste (Niterói: EDUFF, 1997): 277 p.; e Marcos Saquet. "Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada", in *Identidade, território e resistência*, org. Onildo Silva, Edinusia Santos e Agripino Coelho Neto (Rio de Janeiro: Consequência, 2014): p. 11-36.

²¹Rogério Haesbaert. "Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade" (Porto Alegre, 2004): p. 14-42.

²²Haesbaert, 2004, p. 16.

²³Saquet, 2014.

Claude Raffestin, da Universidade de Genebra, e Massimo Quaini, da Universidade de Gênova, cujas obras anteriores, importantes e conhecidas entre os geógrafos brasileiros, animam o debate sobre o território há mais de duas décadas.

A partir de perspectivas diferentes, mas não necessariamente opostas, textos de dois autores – Rogério Haesbaert, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Marcelo Lopes de Souza, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – prestam contribuições singulares para que esse diálogo com alguns consensos e dissensos tenha continuidade e se aprofunde. Souza²⁴ entende o território como um espaço delimitado pelas relações de poder. Haesbaert²⁵ apresenta ao menos três enfoques para o conceito de território: materialista, onde o território é recurso natural, distância física ou, no limite, um abrigo; idealista, associando território e cultura, campo do simbólico e dos poderes invisíveis; e integrador entre as diferentes dimensões sociais – naturalista/biológica, relações de poder (Estado-Nação Moderno) e econômica.

Ainda conforme Haesbaert²⁶, o território exige a presença concreta de um espaço físico delimitado, já a territorialidade vai além disso. A territorialidade incorpora não apenas essa dimensão material, mas também elementos simbólicos e culturais que contribuem para a construção de uma imagem ou representação de um território. É essencial compreender a territorialidade como um componente intrínseco do poder, uma vez que permite a apreensão da relação simbólica que os grupos sociais estabelecem com o espaço que ocupam. Neste esquema a questão central das relações entre os humanos e os territórios passa pela construção das identidades e da criação de códigos e normas que criam elos sociais entre indivíduos que ocupam determinado espaço e comungam de valores e sentimentos de pertencimento a um grupo.

O território, portanto, deixa de ser apenas a delimitação do espaço físico ocupado e usado e passa a ser uma referência cultural que se manifesta através da identidade dos indivíduos em relação ao espaço que ocupam e usam. Nos estudos de

²⁴Marcelo Lopes de Souza. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento", in Geografia: conceitos e temas, org. Iná Elias. de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto L. Corrêa (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995): p. 77-116.

²⁵Rogério Haesbaert. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016): 396 p.

²⁶*Ibid.*

Haesbaert²⁷ (2004), territorialidade é tomada em um sentido mais amplo do que território, ou seja, o conceito não estaria relacionado somente a uma dimensão simbólico-cultural do território, às propriedades gerais necessárias para a existência dos territórios, podemos dizer que também abarca a esfera socioambiental.

Nessa perspectiva, para darmos maior coesão aos nossos argumentos, precisamos compreender o que estamos entendendo pelo uso do termo socioambiental. Ele é construído a partir de uma noção de que não podemos separar sociedade e natureza, pois a proteção da natureza sem uma reflexão sobre as contradições sociais pode gerar uma série de injustiças e não atender aos anseios das populações que moram em determinados territórios.

O socioambientalismo ganhou força com o movimento dos povos da floresta²⁸ e com o entendimento de que manter a floresta e a natureza preservada pode ser um caminho para geração de emprego, renda e inclusão social. Por meio do socioambientalismo pensamos em uma forma de criar territorialidades marcadas pelo associativismo e pela inclusão social conectada com a preservação do ambiente natural. Nesse contexto, constatamos a importância dos saberes e das vivências locais para manutenção das áreas de preservação e para construção dos territórios do bem viver, uma vez que estes são espaços onde o bem comum e a vida comunitária são prioritários²⁹. Conforme Liliane Cristine Schlemer Alcantara e Carlos Alberto Cioce Sampaio³⁰, o bem viver é um estado singular de felicidade que vai além da qualidade de vida, pois forma símbolos, significados e sentidos coletivos, por isso prima pela consolidação de relações comunitárias e solidárias, respeitando a diversidade e a natureza.

Considerando essas conceituações, o modo como as pessoas usam a terra, se organizam no espaço e dão sentido aos lugares está alinhado ao que propõem as

²⁷*Ibid.*

²⁸Mauro W. B. Almeida. "Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, jun. (2004): p. 33-53; Juliana Santilli. *Socioambientalismo e novos direitos-Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Ed. Peirópolis LTDA, 2005.

²⁹Rafael Ângelo Fortunato. "Hospitalidade e solidariedade nos territórios do bem viver" (Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020).

³⁰Liliane Cristine Schlemer Alcantara e Carlos Alberto Cioce Sampaio. "Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?", in *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 40(2017).

territorialidades socioambientais assim como ao modo como experimentamos e significamos o mundo em um determinado contexto geográfico. Efetivamente, a análise antropológica das territorialidades socioambientais também precisa de abordagens em perspectivas etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios, pois essas produzem um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais.

Diante do exposto, o caminhar etnográfico desenvolvido neste estudo descreve que as territorialidades socioambientais possuem um papel de extrema relevância no processo de formação e desenvolvimento dos mais diversos atores sociais, pois envolve esferas do caráter imaterial do território, por certo podemos dizer que também socioambiental. As territorialidades socioambientais estariam diretamente ligadas à capacidade de indivíduos ou grupos em agirem em prol da garantia do cumprimento, ou em consonância com o Artigo 255 da constituição brasileira, que estabelece que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações³¹.”

As territorialidades socioambientais podem estar presentes nos territórios de diferentes maneiras e em diferentes escalas, através, por exemplo, da presença de grupos ativos na promoção de ações socioambientais para a defesa do ambiente, em associações, coletivos ou organizações não governamentais voltadas às causas socioambientais e até mesmo em ações em menor escala que de alguma forma contribuam para a proteção ambiental.

METODOLOGIA

À pesquisa em uma perspectiva etnográfica somou-se uma pesquisa bibliográfica, em especial sobre territorialidades socioambientais. Para a pesquisa bibliográfica, utilizou-se a metodologia de Antônio Carlos Gil³². Já a pesquisa

³¹Governo do Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil* (Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988).

³²Antônio Carlos Gil. *Como elaborar projetos de pesquisa* (São Paulo: Atlas, 2002).

etnográfica envolveu um percurso no campo. Para o antropólogo Hélio R. S. Silva³³, a etnografia tem três fases: situar, observar e descrever. A vivência do etnógrafo converte tais fases em atividades sincrônicas andar, ver e escrever disciplinado pela teoria. Outras informações foram coletadas com base na observação participante, Bernard³⁴ acredita que o maior desafio da observação participante é o início dela, ou seja, a chegada e instalação do pesquisador dentro de uma cultura, pois requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de fatos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica. De acordo com Spradley³⁵, na abordagem por observação participante, há que realçar que os objetivos vão muito além da mera descrição dos componentes de uma situação, permitindo a identificação do sentido, a orientação e a dinâmica de cada momento. Face à intersubjetividade presente em cada momento, a observação em situação permite e facilita a apreensão do real, uma vez que estejam reunidos aspectos essenciais em campo. Em termos práticos, não é um método, mas sim um estilo adotado por pesquisadores em campo de pesquisa utilizando diferentes coletas de dados. Por isso é que vamos a campo munidos de teorias e voltamos retroalimentando-as, transformando-as.

O estudo empírico foi realizado em seis sítios em Santa Rita. Os dados obtidos apontam que a faixa etária dos atores sociais está compreendida entre 25 e 80 anos, as unidades de produção variam de dois hectares a quarenta hectares e o local de produção é na própria residência. Dos seis sítios pesquisados, dois são de agricultoras e agricultores nativos do referido distrito de Teresópolis, RJ, que residem em propriedades que foram dos seus avós, ou pais, passando de geração em geração, e trabalham junto com seus sucessores.

³³Hélio R. S. Silva. "A Situação Etnográfica: andar e ver", in *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, jul.-dez. (2009).

³⁴H. Russell Bernard. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches* (Oxford: Altamira Press, 2006).

³⁵Spradley, James P. *Participant observation* (Illinois: Waveland Press, 2016).

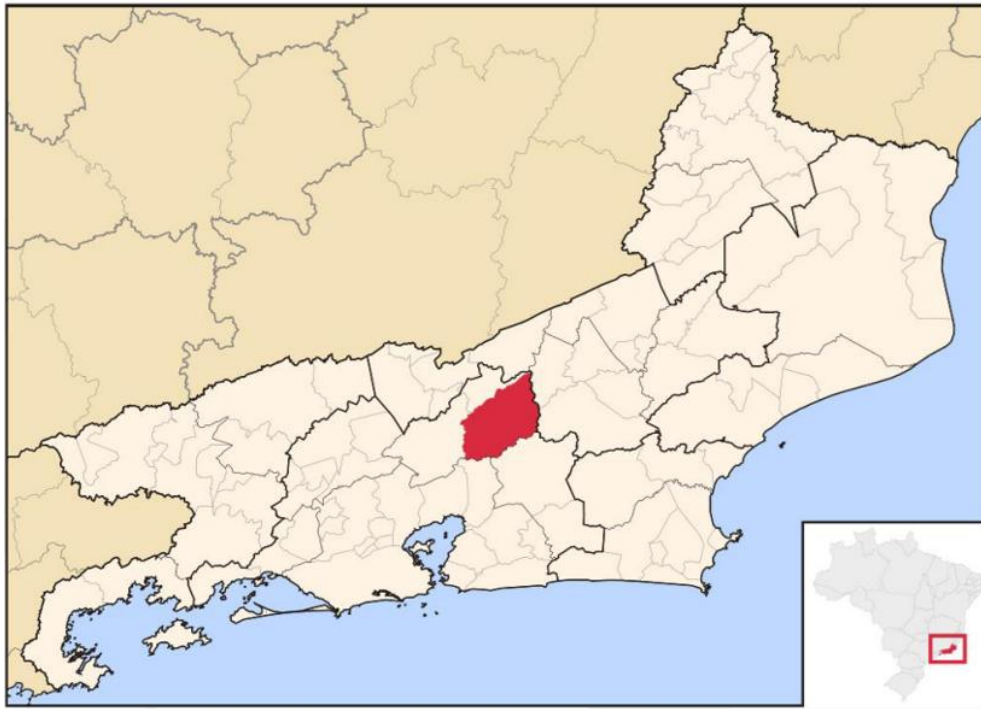
Os outros quatro sítios são de agricultoras e agricultores não são nativos de Santa Rita, residem na localidade há menos de dez anos. O trabalho de campo foi realizado entre setembro de 2021 e junho de 2024. Os contatos iniciais juntamente com as referências teóricas puderam direcionar a construção dos instrumentos de análise, que foram os seguintes: visita aos sítios, registros fotográficos, registros de diário de campo em uma observação participante. Nossa análise é transversal e inclui uma perspectiva etnográfica holística com o território; para tanto, a participação através de relatos é de extrema importância para o estudo em questão, os depoimentos que serão reunidos para análise irão compor os resultados e posteriores publicações em eventos e documentos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Teresópolis é um município brasileiro situado no interior do Estado do Rio de Janeiro, Região Sudeste do país (Figura 1) Localizado na Serra Fluminense, pertence à região geográfica Intermediária de Petrópolis, e está a cerca de 100 quilômetros ao norte da capital. Cercado por um conjunto de serras e unidades naturais de conservação, como o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Estadual dos Três Picos e Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (PNM) Montanhas de Teresópolis.

O PNM Montanhas de Teresópolis foi criado em 2009 para proteger inicialmente 4.397 hectares de floresta. A unidade de conservação (UC) posiciona-se entre os maiores parques municipais do Estado do Rio de Janeiro, possui em seu território uma imponente cadeia de montanhas onde se destacam os afloramentos rochosos como as pedras da Tartaruga, do Camelo e de Santana. Conta atualmente com duas áreas de uso público para visitação: o Núcleo Pedra da Tartaruga e o Núcleo Santa Rita, onde está localizada a sede da unidade.

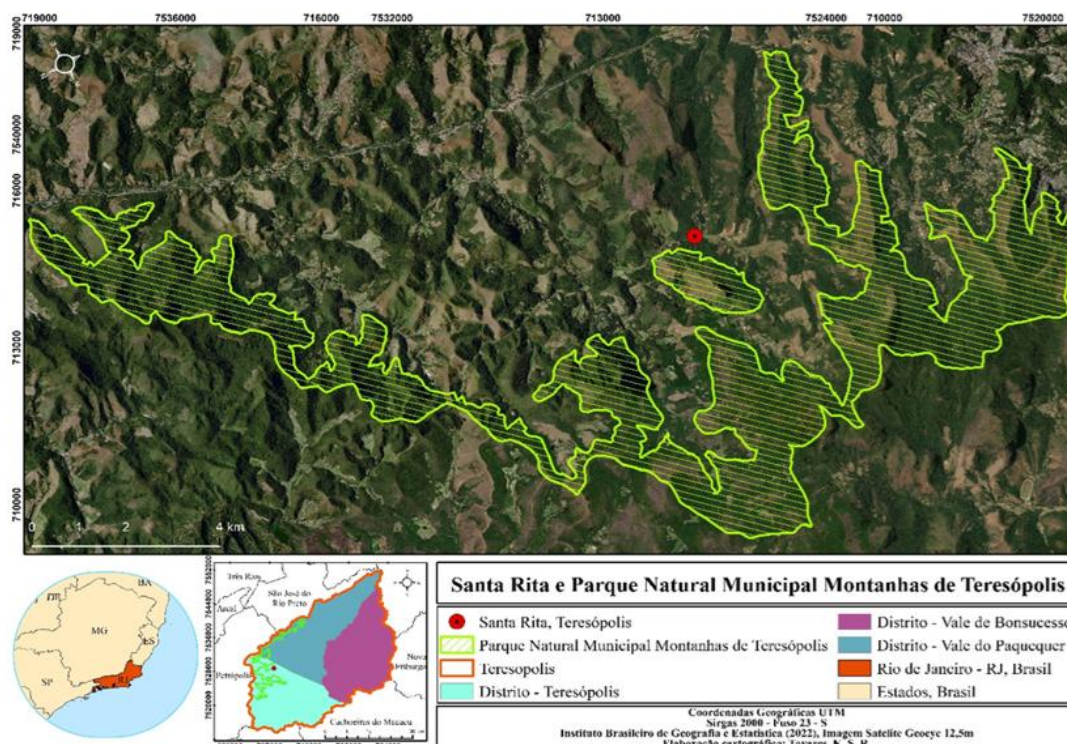
Figura 1. Localização do município de Teresópolis e localização do estado do Rio de Janeiro no sudeste do Brasil, mapa pequeno à direita.



Fonte: Wikipédia (2025).

Santa Rita (Figura 2) situa-se no entorno do PNM Montanhas de Teresópolis, área de assentamento rural e sua ocupação inicial foi um assentamento de colonos suíços no século XIX, quando Eugenio Meyer comprou as terras até então conhecidas como Fazenda de São João de Paquequer. O local ganhou o nome de Colônia Alpina, devido à paisagem lembrar os Alpes Suíços. No século seguinte, a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Rio de Janeiro (Incra/RJ) realizou o assentamento Alpina ocupando uma área com cerca de 1.100 hectares e 98 lotes distribuídos em três Glebas – Engano, Santana e Timóteo. Ressalta-se que boa parte da área de assentamento está sobreposta com a área do PNM Montanhas de Teresópolis.

Figura 2. Localização de Santa Rita e o PNM Montanhas de Teresópolis



Fonte: elaboração cartográfica: Tavares, K. S.R, 2024.

Em setembro de 2021, realizamos um minicurso em Santa Rita, do qual participaram famílias de agricultoras e agricultores, os que residem na localidade há menos de dez anos agricultoras e agricultores nativos. O minicurso teve por objetivos realizar um diagnóstico com a comunidade para o planejamento de atividades, com foco em trocas de vivências, experiências, e analisar o entorno de onde vivem. Visamos compreender a forma como entendem suas práticas, seu trabalho com a terra, a interiorização do turismo, buscando-se saber, ainda, sobre os aspectos socioambientais.

Após esse processo formativo, percebemos um movimento dessas famílias que participaram do minicurso desenvolvendo diferentes atividades em seus sítios: mutirões agroecológicos, feiras orgânicas, trocas de sementes e, em paralelo às diferentes atividades realizadas, esse mesmo grupo criou um projeto de turismo rural organizando roteiros e vivências como parte do projeto Circuito Santa Rita de Turismo Rural Solidário.

A construção de territorialidades socioambientais em Santa Rita vem ganhando força por meio da agricultura familiar de base agroecológica e o turismo rural. No contexto de Santa Rita, a agroecologia e o turismo rural emergem como eixos complementares para a promoção do desenvolvimento territorial. Enquanto o modelo hegemônico da Revolução Verde marginalizou historicamente a agricultura familiar, a agroecologia se apresenta como um contraponto sustentável, capaz de conciliar produção agrícola com a conservação ambiental e a inclusão socioproductiva. Sua abordagem interdisciplinar valoriza os saberes tradicionais e a biodiversidade local. Paralelamente, o turismo rural oferece uma alternativa de renda e valorização do território, combatendo a ameaça da especulação imobiliária e da gentrificação que assola comunidades tradicionais.

Verificamos que as famílias trabalham diretamente na produção, desenvolvendo todas as atividades necessárias, desde a produção até a colheita dos produtos. O uso da mão-de-obra familiar é um traço fundamental, sendo a mão-de-obra externa empregada apenas temporariamente. Observamos o trabalho com o sistema de agrofloresta, surge na produção como alternativa no campo para o processo de recuperação de ecossistemas degradados pela ação do homem, possibilitando a produção agrícola aliada ao desenvolvimento florestal. Este formato agrega valor à propriedade e traz benefícios econômicos e ambientais quando implantado e conduzido sob os princípios da agroecologia, atuando na recuperação de áreas degradadas, impactando em melhorias das condições do solo e pelo manejo de seus componentes na restauração ecológica, além da produção de alimentos.

Quanto aos produtos cultivados, a maioria das famílias desenvolvem atividades produtivas ligadas à olericultura (conhecidas também como hortaliças e que abrangem as culturas folhosas). Destaca-se que apenas uma agricultora cultiva frutas cítricas com objetivo comercial, a criação de animais é uma atividade secundária. A agricultura familiar de base agroecológica é praticada por muitos produtores, mas existem alguns agricultores tradicionais na localidade que utilizam a agricultura convencional com uso de agrotóxicos e sementes industrializadas.

Uma família que migrou do Rio de Janeiro para a localidade relata: “Temos vizinhos que não têm esse propósito, trabalham com uma agricultura convencional, mas aos pouquinhos vamos conversando com eles, mostrando a importância sustentável em se trabalhar com a agroecologia a longo prazo”.

E outro agricultor nativo de Santa Rita descreve:

Desde jovem aprendi com meu pai a produzir da maneira tradicional, sempre fiz uso de agrotóxico até ser intoxicado e ter graves problemas de saúde que me levaram à depressão e com parte do corpo “gelado”, mas o lado bom disso, após esse episódio, mudei totalmente minha forma de produzir, hoje sou um produtor agroecológico com objetivo de ter e levar saúde às pessoas³⁶.

Famílias que viveram parte da vida na cidade e decidiram migrar para a área rural trocam saberes e práticas dos lugares de onde viveram e vivem, buscando no espaço rural novas oportunidades e qualidade de vida. Trata-se de estabelecer um sentimento de pertencimento ao local, o reconhecimento da conflituosidade e da diferença como condição intrínseca ao urbano é fundamental para o entendimento do território, o qual está ligado às suas dinâmicas de uso. Milton Santos³⁷ já nos alertava para essa questão, dizendo que o território deve ser entendido como território usado, ou seja, carregado de sentidos dados por relações de complementaridade e conflito. Maria José Carneiro³⁸ complementa a noção de território como um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo – a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional³⁹.

No que se refere à comercialização, tendo a agroecologia como base para o cultivo de seus alimentos, respeitam o período de plantio e colheita de cada produto cultivado. Por isso, os produtos oferecidos em feiras dependem da época de seu plantio

³⁶A pesquisa em uma perspectiva etnográfica foi realizada pela autora do presente artigo junto a agricultores e agricultoras de Santa Rita, no período entre setembro de 2021 e julho de 2024. Por uma questão de preservação do anonimato das pessoas participantes, não serão divulgados os nomes dos depoentes.

³⁷Milton Santos. *Espaço e Sociedade* (Petrópolis: Ed. Vozes, 1979).

³⁸Maria José Carneiro. “Ruralidades: novas identidades em construção”, in *Estudos sociedade e agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, n. 11 (1998).

³⁹Carneiro, 1998.

e de sua colheita (sazonalidade). Dessa forma, produtos oriundos da agricultura familiar agroecológica são vendidos na Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) no centro de Teresópolis, nos fins de semana, nas feiras realizadas pelo PNM Montanhas de Teresópolis e no Clube Serra Agroecológica, uma ferramenta tecnológica que facilita a venda *on-line* em parceria com sítios da localidade com entregas semanais ou quinzenais na região serrana e na capital, o que fortalece a organização comunitária de forma participativa. Como pode ser observado na fala a seguir: “somos uma família de agricultoras, que praticamos a agroecologia, comercializamos, nossos produtos levamos também os produtos do grupo em feiras agroecológicas em nosso município” (agricultora nativa de Santa Rita).

Diante disso, ganham relevância “o pensar globalmente e o agir localmente”, o que tem sido uma premissa entre agricultoras e agricultores em Santa Rita, pois trabalham na direção da autogestão e da auto-organização; tratam-se, portanto, de processos endógenos potencializando o coletivo. Podemos observar que a construção de territorialidades socioambientais está ligada diretamente à capacidade de indivíduos ou grupos sociais de pensar em ações de fortalecimento mútuo.

Dentro deste cenário, a construção de territorialidades socioambientais pode ser vista nos mutirões agroecológicos que fazem parte do projeto Circuito Santa Rita de Turismo Rural Solidário – Um dia na Roça. A filosofia de trabalho do turismo solidário coloca-se como uma alternativa diferenciada de planejamento em que, conforme Fortunato e Neffa⁴⁰, “o outro” é o diferencial, o outro é o que mais importa. O turismo solidário é uma nova forma de ver, sentir e fazer o turismo baseado em relações solidárias, onde ocorre estímulo para que o turista participe do cotidiano, colabore e estabeleça vínculos afetivos com os territórios.

O turismo solidário, um dos pilares do circuito local, é descrito não como uma atividade econômica externa, mas como uma prática que fomenta “relações solidárias” e estimula o visitante a participar do cotidiano e a estabelecer vínculos afetivos com os

⁴⁰Rafael Ângelo Fortunato e Elza Neffa. “Abordagem Complexa e Desenvolvimento Local por meio do Turismo Solidário: o caso da rede ‘Brasilidade Solidária’”, in *Turismo em Análise*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1 (2014): p. 51-74.

territórios. Essa abordagem demonstra que o turismo, neste caso, atua como um catalisador sociológico, reforçando a coesão interna e a resiliência da comunidade, e não como uma força de dissolução. A experiência de Santa Rita é uma prova de que a autogestão e a auto-organização são motores de um desenvolvimento que se harmoniza com o ambiente e fortalece as identidades locais, indo além da simples mercantilização do espaço.

O Circuito Santa Rita de Turismo Rural Solidário – Um dia na Roça surgiu de iniciativas entre agricultoras e agricultores em organizar e desenvolver um roteiro de visitas a diferentes sítios. Entre os principais objetivos do projeto constavam ações para o desenvolvimento do artesanato, valorização do patrimônio histórico-cultural do campesinato no Brasil por meio de contação de histórias e exibição de documentários, no estímulo para a produção de produtos locais (geleias de ponkan, pães artesanais, café orgânico, conservas etc.). A resultante do conjunto destas ações na busca de recursos, apoios e tomada de decisões conta com a participação dos próprios envolvidos, que conseqüentemente, impulsionaria a geração de renda na região.

Diante disso, o Circuito Santa Rita de Turismo Rural Solidário –Um dia na Roça promoveu mutirões agroecológicos em que agricultoras, agricultores, vizinhos e visitantes se envolveram no preparo da terra do pomar para a plantação consorciada da ponkan com milho, abóbora, feijão e mandioca, dentro dos princípios da agroecologia, e colheita da ponkan. À tarde as mesmas pessoas participaram de uma oficina para a produção de lascas da casca da ponkan caramelada. Nos mutirões, existe ainda a contação de histórias sobre “como nascem as sementes”, um momento lúdico para todos os participantes, quando a história apresentada reflete a realidade de diferentes comunidades do Brasil que trabalham pela manutenção da riqueza natural, que pretendem salvar as chamadas “plantas bebês”.

Durante os mutirões agroecológicos, agricultoras e agricultores buscaram explicar para todos os participantes a importância do consumo de alimentos pelo sistema agroecológico, alertando sobre os malefícios causados por produtos

contaminados por agrotóxicos, fertilizantes químicos sintéticos e outros produtos utilizados no modelo de agricultura convencional.

Esse depoimento demonstra de forma nítida como o agricultor interpreta a atividade:

Para nós, a palavra mutirão são ações para um bem coletivo, são dias inteiros de trabalho, damos uma pausa para fazer o almoço coletivo com produtos da propriedade colhidos na hora, no fim dia realizamos uma avaliação coletiva do trabalho realizado e planejamos mutirões em outros sítios (agricultora que reside em Santa Rita, há mais de dez anos).

Uma agricultora que participou da atividade relatou a necessidade em armazenar sementes por dois motivos:

Não só para garantir algumas espécies, motivo essencial; mas, em caso de algum problema climático, é importante realizar trocas de sementes entre outros produtores. Cada semente carrega uma memória, segredos, saberes e guarda histórias: Feijão Lanatus, que achamos num mercado local em Santa Catarina quando participamos do encontro. Umas [sementes] de Montes Claros, MG, calêndula, histórias ancestrais, das muitas mãos que permitiram que ela chegasse até aqui e histórias nossas, de coisas que vivemos (agricultora que reside em Santa Rita há mais de dez anos).

E a visitante descreveu:

Gosto muito de participar destes encontros. Estou sempre procurando encontros rurais, apesar de morar na cidade. Diferente das minhas amigas que preferem ficar trancadas dentro de *shopping center*, gosto do ar puro, encontros com pessoas de diferentes idades, sei que sou a mais novinha do grupo, mas aprecio o estilo de vida rural. E um dia “mexendo” no celular encontrei no *Instagram* a divulgação desse Circuito Santa Rita de Turismo Rural Solidário – Um dia na Roça.

Carlos Rodrigues Brandão⁴¹, em seu livro *Saracura e Seriema, Saíra e Sabiá: poemas sobre os seres que voam entre os ares da vida*⁴², passeia entre a poesia e o conto, a antropologia e a educação. O autor descreve os mutirões:

Especialmente um conjunto de gente, mas gente empenhada, gente que se reuniu com um objetivo comum, de fazer ações significativas para um bem coletivo, colocar sonhos e aspirações em prática em que a prerrogativa é a solidariedade e a ajuda mútua – atos práticos e gestos simbólicos se agregam e consolidam em um momento único em que festa, religiosidade e trabalho não

⁴¹ Carlos Rodrigues Brandão. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global (Campinas, SP: Unicamp, 2007).

⁴² *Id.* Saracura e seriema, saíra e sabiá: poemas sobre os seres que voam entre os ares da vida (Adonis, 2014): p. 16.

representam quebra alguma no cotidiano, mas são partes indispensáveis à relação com o lugar vivido, percebido e imaginado pleno de (re)significados⁴³.

A construção de territorialidades socioambientais também pode ser observada em eventos promovidos pelo PNM Montanhas de Teresópolis – Vem Passarilhar nas Montanhas de Teresópolis, fortalecendo e incrementando o Circuito Santa Rita de Turismo Rural Solidário. O “Vem Passarilhar nas Montanhas” é um Programa de Observação de Aves, promovido pela Prefeitura Municipal de Teresópolis, em parceria com o PNM – Montanhas de Teresópolis. Visa incentivar a prática da *birdwatching* e conservação da avifauna local através da Ciência-Cidadã. O PNM – Montanhas de Teresópolis vem investindo na estruturação da observação de aves enquanto segmento turístico e ação educativa baseada no Roteiro de Observação de Aves, que já conta com pontos de observação preestabelecidos de acordo com a ocorrência de espécies mais atrativas, formando um amplo trajeto.

A ideia do evento foi integrar o território de Santa Rita em um roteiro de observação de aves, uma vocação da região. Diversas são as espécies da avifauna nativa possíveis de serem observadas nessa área, como Tangará, Gavião-pega-macaco, Narceja, Gralha do Campo, tesoura-do-brejo, facilmente observadas na região, proporcionando o encanto e a admiração pelas aves. Outras espécies possuem sua singularidade, como o Falcão-de-peito-laranja, Araponga, Saudade e Bacurau-tesourão, que chamam a atenção de observadores de aves do Brasil e do mundo.

Com isso, essas iniciativas beneficiam os sítios da localidade, oferecendo o sabor, a qualidade dos alimentos, aliados ao modo de preparo, a hospedagem e novas experiências rurais aos observadores, promovendo a consciência socioambiental por meio da participação dialógica, incrementando e fortalecendo o turismo rural e consequentemente as territorialidades socioambientais. A abordagem interdisciplinar – que integra conhecimentos tradicionais, ecologia e práticas econômicas solidárias – fortalece a resistência de pequenos produtores frente ao modelo convencional de

⁴³ *Ibid.*

agricultura, ao mesmo tempo em que valoriza a biodiversidade local, elemento crucial em um território que abriga o PNM – Montanhas de Teresópolis. Além disso, a agroecologia dialoga diretamente com a pluriatividade rural, já que estimula arranjos produtivos diversificados, como a venda direta de orgânicos e o turismo rural em propriedades familiares uma integração entre agricultura e serviços ambientais. Dessa forma consolida um modelo de desenvolvimento territorial que harmoniza crescimento econômico, equidade e sustentabilidade – princípios centrais para a construção de territorialidades socioambientais em Santa Rita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na discussão teórica destacamos que a nova ruralidade brasileira, a agricultura familiar e a agroecologia nas últimas décadas vêm passando por profundas transformações, com a emergência cada vez maior das dinâmicas geradoras de atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no interior das famílias rurais, em que se observa uma nova conformação do meio rural.

Este presente artigo buscou responder à seguinte questão: de que forma estão sendo construídas as Territorialidades Socioambientais em Santa Rita com o enfoque na agricultura familiar agroecológica e turismo rural? Quais são os desafios e as potencialidades.

A pesquisa mostrou que os mutirões agroecológicos resultaram em aprendizados, trocas de experiências, processos gerais de manejo –fosse de fruto, biomassa, mudas, ou de prevenção de doenças visando atender à demanda existente entre os que residem há mais de dez anos e os que residem há menos de dez anos. O estudo revelou que os mutirões agroecológicos resultaram em aprendizados, trocas de saberes e práticas entre agricultores familiares de base agroecológica que residem há mais de dez anos e os que residem há menos de dez anos no local. As ações dos mutirões, as práticas sustentáveis e a agroecologia, além de ser uma forma de tornar produtivas e rentáveis as propriedades rurais no entorno do Parque coadunam com as

necessidades de preservação da biodiversidade, o que é necessário nas zonas de amortecimento de unidades de conservação indicando que as territorialidades socioambientais são espaços construídos coletivamente. Um dos principais desafios enfrentados nos mutirões foi a dificuldade entre os agricultores familiares em criarem um cronograma definindo datas, horários e divulgação entre os vizinhos e outros participantes. Um cronograma definido permitiria maior participação até mesmo para dar um plano de continuidade nos mutirões.

As ações do Circuito Santa Rita de Turismo Rural Solidário – “Um dia na Roça” influenciaram elementos importantes das territorialidades socioambientais como auto-organização potencializando processos endógenos a forma como se organizam e dão sentido aos lugares fortalecendo o pertencimento, os vínculos, gerando benefícios mútuos e oportunizando a solidariedade, a hospitalidade e o respeito aos direitos socioambientais.

A pesquisa identificou que um dos principais desafios é o baixo investimento em marketing para os roteiros do Circuito. Isso sugere que um plano de marketing mais robusto poderia ser um potencial para aumentar as vendas de pacotes e vivências. No entanto, os envolvidos parecem estar mais focados na organização do que na oferta de serviços. Além disso, a localidade de Santa Rita enfrenta problemas de acessibilidade, especialmente durante chuvas intensas, o que pode prejudicar a visita e o escoamento de mercadorias. Outro desafio é a falta de conectividade, com a internet nem sempre disponível, o que pode causar atrasos na efetivação de certas ações.

Outra ação desenvolvida em Santa Rita que contribuiu para a construção de territorialidades socioambientais foi a realização do “Vem Passarinhar nas Montanhas”, fortalecendo e incrementando o Circuito Santa Rita de Turismo Rural Solidário promovido pelo PNM – Montanhas de Teresópolis, em parceria com sua comunidade do entorno, promovendo o potencial de mercado para a observação de aves, atraindo um segmento diversificado de entusiastas da natureza e turistas. Essa atividade gera oportunidades de renda, por meio da oferta de serviços como guiamento local,

hospedagem e alimentação. No entanto, o principal desafio consiste em garantir que o turismo seja desenvolvido e gerido de forma sustentável, minimizando impactos negativos sobre o meio ambiente e sobre as comunidades locais.

REFERÊNCIAS

Achselrad, Henri. “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”, in *Conflitos ambientais no Brasil*, org. Henri Achselrad (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004): p. 14-42.

Achselrad, Henri. “Conflitos Ambientais: a atualidade do objeto”, in *Conflitos Ambientais no Brasil*, org. Henri Achselrad (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2014): p. 8-13.

Almeida, Mauro W. B. “Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, jun. (2004): p. 33-53. <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/9hyLqvGyMwS9xBy5b8QMvVh/>.

Altieri, Miguel Angel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*, 5.ed. (Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009).

Bernard, H. Russell. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches* (Oxford: Altamira Press, 2006).

Brandão, Carlos Rodrigues. *Saracura e Seriema, Saíra e Sabiá: poemas sobre os seres que voam entre os ares da vida* (Cidade, Editora: Ano) (Adonis, 2014).

Brandão, Carlos Rodrigues. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global* (Campinas, SP: Unicamp, 2007).

Carneiro, Maria José. “Ruralidades: novas identidades em construção” in *Estudos sociedade e agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, n. 11 (1998). <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>.

Favareto, Arilson. “Do Pronaf ao desenvolvimento territorial: elementos para uma crítica das instituições e políticas para o Brasil rural” (Congresso Brasileiro de Sociologia, v. 12, Belo Horizonte, 2005).

Ferraz, José Maria Gusman e Silveira, Miguel Angelo. “Multifuncionalidade da agricultura e agroecologia: gestão integrativa socioambiental da produção familiar”, in

Revista Brasileira de Agroecologia (Resumos do I Congresso Brasileiro de Agroecologia). Porto Alegre, v. 1, n. 01, nov. (2006): p. 812. <https://www.aba-agroecologia.org.br/revista/cad/article/view/1632>.

Fortunato, Rafael Ângelo e Neffa, Elza. “Abordagem Complexa e Desenvolvimento Local por meio do Turismo Solidário: o caso da rede ‘Brasilidade Solidária’”, in *Turismo em Análise*, Rio de Janeiro, v.5, n.1 (2014): p. 51-74. <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/80672>.

Fortunato, Rafael Ângelo. “Hospitalidade e solidariedade nos territórios do bem viver” (Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020).

Gil, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa* (São Paulo: Atlas, 2002).

Gliessman, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável* (Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005).

Governo do Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil* (Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988).

Governo do Brasil. *Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar* (PNTRAF) (Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004).

Haesbaert, R. *Des-Territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste* (Niterói: EDUFF, 1997): 277 p.

Haesbaert, Rogério. “Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade” (Porto Alegre, 2004): p. 16.

Haesbaert, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016): 396 p.

José Graziano da. “O novo rural brasileiro” (trabalho apresentado no 24º Encontro Nacional de Economia Agrária, Águas de Lindóia, São Paulo, 1996). https://georuralunlu.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/10/graziano_onovorural.pdf.

Leff, Enrique. “Pensar a complexidade ambiental”, in *La complejidad ambiental*, Coord. Enrique Leff (São Paulo: Editora Cortez, 2003): p.48. <https://journals.openedition.org/polis/4605>.

Oliveira, Alessandro *et al.* “Agroecologia como forma de resistência ao modelo hegemônico de produção agrícola”, in *Revista Georaguaiá*, v. 10, n. 2, dez. (2020), ISSN: 2236-9716.

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/11079>.

Santilli, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos-Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural (São Paulo: Ed. Peirópolis LTDA, 2005).

Santos, Milton. Espaço e Sociedade (Petrópolis: Ed. Vozes, 1979).

Saquet, Marcos Aurelio. “Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada”. in *Identidade, território e resistência*, org. Onildo Silva, Edinusia Santos e Agripino Coelho Neto (Rio de Janeiro: Consequência, 2014): p. 11-36.

Saquet, Marcos Aurelio. “Por uma abordagem territorial”, in *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, org. Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (São Paulo: Expressão Popular, 2010): p. 73-94.

Schlemer, Liliane Cristine Alcântara e Sampaio, Carlos Alberto Cioce. “Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?”, in *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 40 (2017). https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4653458/mod_folder/content/0/Textos%20complementares%20-%20Bem%20Viver/Bem%20viver.pdf

Schneider, Sérgio. “Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, fev. (2003): p. 99-121. <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/>

Schneider, Sérgio. “Território, Ruralidade e Desenvolvimento”, in *Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI*, 1. ed., v. 1 Fabio Velásquez Lozano, Juan Guillermo Medina (ed.), (org.) (Bogotá/Colômbia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009): p. 67-108. <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/726.pdf>.

Silva, Hélio R. S. “A Situação Etnográfica: andar e ver”, in *Horizontes Antropológicos*, n. 15, (2009): 171-188. <https://www.scielo.br/j/ha/a/qg3G8GrBsYz7H56nCzJWymx/?lang=pt>

Silva, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. Coleção Pesquisas 1 (Campinas, UNICAMP. IE, 2002).

Soares, Adriano Campolina. “A multifuncionalidade da agricultura familiar”, in *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 87, dez. (2000).

Souza, Marcelo Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”, in *Geografia: conceitos e temas*, org. Iná Elias. de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto L. Corrêa (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995): p. 77-116.

Spradley, James P. *Participant observation* (Illinois: Waveland Press, 2016).

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade (Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009).

Socio-Environmental Territories: A Journey from an Ethnographic Perspective in the Second district of the Municipality of Teresópolis, RJ-Santa Rita

ABSTRACT

This article is the result of a study on the construction of socio-environmental territorialities in Santa Rita, a rural settlement area predominantly focused on agroecological family farming located in the second district of the municipality of Teresópolis, RJ, in the mountainous region of the state of Rio de Janeiro. Given this context, we seek to analyze the subjects and relationships in their material and immaterial dimensions. The theory underlying this article is based on the understanding that territory is constructed through the mediation of historical and relational processes, based on the social relations developed in a given space. The objective of this research is to understand the construction of socio-environmental territorialities and their dynamics in the territory of Santa Rita. To answer this problem in a structured manner, the following questions were formulated: How are socio-environmental territorialities being constructed in Santa Rita with a focus on agroecological family farming and rural tourism? What are the challenges and potentialities? The ethnographic research combined bibliographic research, particularly on socio-environmental territorialities. Other information was collected through participant observation. The empirical study was conducted on six farms in Santa Rita, from September 2021 to July 2024. Initial contacts, along with theoretical references, guided the development of analytical tools: site visits, photographic records, and field diary entries. The results indicated that the construction of socio-environmental territorialities with a focus on agroecological family farming and rural tourism influenced important elements for socio-environmental actions, such as how they use land agroecologically and work toward self-organization, thus configuring endogenous processes that empower the collective.

Keywords: Second district of the municipality of Teresópolis, Santa Rita; socio-environmental territorialities; Brazil.

Recebido: 22/09/2024
Aprovado: 06/10/2025